

Arteaga Botello, Nelson. **O futuro que não chegará: a erradicação da pobreza a partir da perspectiva do governo federal mexicano (2000-2006).** *En publicacion: A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global.* Cimadamore, Alberto; Hartley, Dean; Siquiera, Jorge. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 978-987-1183-59-3

Disponibile en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/crop/pobreza/05botello.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

NELSON ARTEAGA BOTELLO*

**O FUTURO QUE NÃO CHEGARÁ:
A ERRADICAÇÃO DA POBREZA A PARTIR
DA PERSPECTIVA DO GOVERNO FEDERAL
MEXICANO (2000-2006)**

INTRODUÇÃO

Durante grande parte das duas últimas décadas do século passado, o tema da pobreza foi muito ligado ao da reforma do Estado nos países da região latino-americana. De fato, um dos destaques centrais tem sido associar a pobreza ao processo de reforma das instituições do Estado no período de ajuste econômico e ao incremento de práticas de caráter populista em um contexto de livre mercado. Tal situação tem sido observada no Peru, de Fujimori, na Argentina, de Menem e no Brasil de Collor de Melo, onde o populismo resultante de sistemas políticos frágeis, em termos de suas formas e instituições democráticas (Weylan, 1998; Power, 1998; Mauceri, 1997; Silva, 1999; Barczac, 2001). Conforme aponta Roberts (1996), tais movimentos neopopulistas têm sido encabeçados por líderes que se destacam pela ambição pessoal, e uma retórica que exalta as classes subalternas e desfavorecidas que, ao dar um tom de antielitismo e de crítica profunda à ordem político-hegemônica apóia-se numa ampla base social heterogênea e multiclassista. Tudo isso tem sido reforçado por uma série de projetos econômicos orientados para criar redes clientelistas muito específicas dirigidas por critérios de rentabilidade política, de tal sorte que algumas funções que

* Nelson Arteaga é pesquisador e professor de Sociologia de *El Colegio de México*.

o Estado exercia anteriormente e que permitiam regular ou nivelar as desigualdades sociais vêm sendo substituídas por este tipo de estratégia com vistas a obter resultados favoráveis no espaço dos pleitos eleitorais em vez de atender, de maneira efetiva, os problemas de pobreza e marginalidade que afligem milhões de habitantes da América Latina.

Isso põe no centro do debate o papel que o Estado desempenha atualmente frente à pobreza porque as diferentes medidas de “luta contra a pobreza” aplicadas em distintos contextos histórico-sociais tornam-se coerentes com uma determinada estrutura de poder (Morell, 2002); de forma que dissecar estas medidas permita, em grande parte, investigar sobre o sentido que os atores que modelam o Estado conferem à pobreza e aos pobres, construindo, assim, um discurso de legitimação política que, no âmbito da fragilidade democrática dos países latino-americanos, é sempre importante destacar pelos efeitos que pode causar a longo prazo na sustentabilidade institucional de nossas sociedades.

Contudo, não é possível compreender o que se vive, hoje, na América Latina, sem entender as profundas transformações, em escala mundial, do papel do Estado. Mingione (1993) destaca que o trabalho assalariado constitui o eixo central da estrutura social na maioria dos estados-nação após a Segunda Guerra Mundial. Depois dos anos 1970, esta situação se transforma porque, a partir da eclosão da sociedade fordista, produz-se uma combinação de desemprego agudo, rendas baixas e uma fratura dos mecanismos sociais de reciprocidade que conduz grandes grupos ao isolamento social. Os distintos governos não hesitaram em levar a cabo uma série de políticas para restringir o papel social do Estado na América Latina, onde nove dos países que a constituem tiveram, durante a década de 1980, importantes cortes nas despesas com o social (Ward, 1993). Inclusive, durante a primeira metade dos anos 1990, o crescimento anual dos países latino-americanos esteve abaixo dos 6% requeridos para se obter um aumento significativo dos postos de trabalho e conseguir certa equidade social (Pastor e Wise, 1997). Isso resultou em crescentes desigualdades no acesso à assistência à saúde, educação e moradia (Warman, 1989; Fuentes, 1989; Guevara, 1991; Ward, 1993; Székely, 1994; Duhau, 1997; Esquivel, 1999; Boltvinik 2001).

As políticas de assistência à pobreza desenvolvidas na América Latina estão delineadas de modo que, parece, buscam reprimir o clamor social ou procurar a colheita eleitoral. A proliferação de múltiplos discursos que pretendem compreender a pobreza e dar-lhe sentido é prova disto. Este capítulo tem como objetivo analisar precisamente o discurso sobre a pobreza, construído a partir do ano 2000 pelo primeiro governo mexicano não liderado pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) e o papel que o Estado nele desempenha. A hipótese central do documento é: embora o país tenha realizado uma série de mudanças importantes nos últimos quinze anos no que diz respeito à construção de instituições democráticas, o certo é que, em matéria de estratégias

para enfrentar a pobreza, o cenário não apresenta muita variação. É verdade que os métodos analíticos para mensurar a pobreza melhoraram e se tornaram mais complexos, à semelhança do que fizeram os modelos de assistência voltados para os mais necessitados; contudo, parece que a concepção que se tem da pobreza encontra-se intacta. Também é válido reconhecer que sobrevive, igualmente, a visão acrítica sobre o modelo de desenvolvimento econômico. Com ou sem transição, com alternância ou sem ela, a crença é uma: que o desenvolvimento social só é possível reduzindo, cada vez mais, o Estado e passando a regulação das desigualdades sociais para a suposta lógica do mercado. Por isto, a estratégia de atendimento à pobreza desenvolvida pelo atual governo federal padece pelas mesmas deficiências que suas antecessoras; daí, a necessidade de fazer uma análise neste sentido.

Contudo, também é verdade que existem discontinuidades. As políticas visivelmente neopopulistas da administração Salinas (1988-1994) ou a estimulada por Ernesto Zedillo (1994-2000) estão fundamentadas em princípios bem distintos, dos do atual governo de Fox (2000-2006). Se no primeiro era possível observar uma nítida intenção eleitoral em seus programas, baseados na mobilização social localizada, no último, ao contrário, parece existir, uma intenção de estabelecer programas fundamentados na idéia individualista do progresso individual, o que vai ao encontro da idéia amplamente difundida nos documentos oficiais de que, eventualmente, a pobreza é mais o resultado de uma atitude individual do que o de fenômenos de caráter estrutural e social. A compreensão da pobreza como um desvio, produto da insuficiência de recursos pessoais para enfrentar a mudança econômica, ignora, claramente, o papel que desempenham o modelo de desenvolvimento econômico e a redução pronunciada do Estado causada por suas recentes reformas.

Este capítulo constitui-se de quatro partes. Na primeira, faz-se uma breve revisão teórica sobre a pobreza à luz do que Fassin (1996) denominou como suas três faces: marginalização, exclusão e *“underclass”*; tudo com o objetivo de analisar os pressupostos contidos nestas figuras e que determinam a compreensão do que é a pobreza e o atendimento que lhe é devido e, em particular, o papel que o Estado desempenha como mecanismo de regulação da desigualdade social; neste ponto, destacar-se-á o fato de que, através daquelas faces, a pobreza é vista, em grande medida, como o resultado de um processo desligado de fatores mais estruturais (desmantelamento do Estado e impulso de políticas econômicas de livre mercado). Na segunda parte deste texto, faz-se um relato do processo de crise econômica que o México viveu a partir do final da década de 1970, e das estratégias de ajuste econômico e de reforma do Estado que foram aplicadas para enfrentá-la. Na terceira parte, analisam-se as estratégias de *“luta contra a pobreza”* concebidas e aplicadas nos últimos dez anos e, sobretudo, enfatiza-se, particular-

mente, a forma como aquela é percebida e a maneira de enfrentá-la; neste sentido, revisa-se, também, a estratégia do atual governo federal, destacando a continuidade e melhora, das políticas que o antecederam, em particular, sua concepção de que a pobreza é o resultado da falta de oportunidades, capacidades e patrimônio. Na quarta parte, expõem-se algumas reflexões em torno da necessidade de levar à mesa de discussão a questão do Estado, o que teria possibilidades de articular um projeto de desenvolvimento social viável e efetivo.

RECICLANDO AS DEFINIÇÕES DE POBREZA

As propostas desenvolvidas para combater a pobreza no México, nos últimos dez anos, em que pesem seus processos complexos, mantêm uma série de pressupostos que não são estranhos ao que Fassin (1996) denominou, metaforicamente, de as faces da pobreza. Para a autora, a sociologia construiu, em termos muito gerais, três figuras que, mesmo que não se refiram exatamente à pobreza, a circundam, a explicam. Termos como exclusão, marginalização e “*underclass*”, são produtos de tradições teóricas distintas e realidades sociais específicas; o certo é que os três termos não podem ser considerados em nenhum momento como sinônimos, ainda que, aparentemente, esquadrinhem os espaços e grupos sociais bem similares. Na França, por exemplo, o termo exclusão tem sido amplamente usado referindo-se ao que se vem chamando de questão social, enquanto nos Estados Unidos, o mais usado para estudar a pobreza é o de “*underclass*”; finalmente, na América Latina, predomina a palavra marginalização. Certamente estes termos geraram um amplo debate e um importante volume de literatura. O objetivo desta seção não é resumir esta discussão. Na realidade, pretende-se entender alguns dos seus elementos mais importantes e básicos; observar que, sob várias perspectivas, a pobreza é explicada como um fenômeno que pode ser resolvido por si mesmo, que é considerado como um fenômeno estático e não um processo; e como tais explicações isentam o Estado de muitas responsabilidades. A história desses conceitos indica que se desenvolveu uma ampla discussão, não somente entre os estudiosos, mas também no debate sobre políticas públicas com vistas a erradicar ou combater a pobreza. Nesse sentido, a análise desses termos é relevante para entender o discurso sobre as políticas de redução da pobreza recentemente implementadas no México, as quais geram conseqüências muito importantes na definição proposta pelo Estado quanto à pobreza naquele país.

EXCLUSÃO

A exclusão é um conceito fortemente ligado às literaturas política e acadêmica francesas; vem à luz no ano de 1974, em um documento assinado por René Lenoir. Nele, enumera-se um amplo leque de pessoas

consideradas excluídas, as quais requerem certo tipo especial de atendimento. A pobreza não ocupa um lugar próprio nesta classificação. Alguns dos excluídos não se enquadram na categoria de pobre, embora a pobreza esteja definida nos escritos de Lenois como uma incapacidade importante e um fator nada desprezível de inadaptação dos excluídos. Em todo caso, o efeito transclassista do conceito, nos anos 1970, vem carregado de uma visão em que predomina a idéia da patologia social, na dupla tradição, que remonta ao século XIX, da higiene e da assistência social. Como afirmou Castel (1995a), sua definição leva a reduzir a certos limites uma população residual, subtraindo-a da nova complexidade da sociedade moderna, a qual se faz necessário reinserir. O conceito se desenvolve, porém, de forma mais ampla na década de 1980, quando se tornará mais popular; servirá, então, como mecanismo de leitura dos problemas sociais na França, em particular, dos temas relacionados ao declínio urbano, à escola, ao emprego e à proteção social. Os excluídos são habitantes dos bairros pobres, reprovados no sistema escolar, os desempregados há longo tempo, a população que não tem acesso à assistência social e médica. Em cada caso é possível ler o princípio em que se apóia o diagnóstico da exclusão: “é a existência de duas populações distribuídas de um lado e outro de uma linha simbólica - a fronteira da cidade, o padrão escolar, o contrato de trabalho, a seguridade ou a assistência social. O espaço social é, portanto, descontínuo, com um ‘dentro’ onde se acham os indivíduos integrados e um ‘fora’ onde vivem as pessoas excluídas” (Fassin, 1996: 43). Esse conceito tem sido criticado no âmbito da produção sociológica. Por exemplo, conforme Castel, exclusão não é um estado porque, quando nos referimos a esse conceito, “encontramo-nos, na verdade, diante da expressão extrema de um processo que está ocorrendo mesmo antes que o povo chegue a essas posições extremas” (Castel, 1995b: 28). Por outro lado, Wieviorka (1997) afirma que o conceito de exclusão engloba realidades diversificadas e situações muito diferentes, mesclando num único termo um processo e um estado. O debate europeu sobre exclusão/inclusão social tem sido, em muitos sentidos, uma tentativa de fugir à discussão sobre pobreza e desigualdade social.

UNDERCLASS

O termo *underclass* tem uma história de mais de trinta anos nos Estados Unidos e, semelhante ao conceito de exclusão, possui origem política e jornalística mais que acadêmica. Geralmente, atribui-se a Myrdal (1944) a criação do termo *underclass*, com o objetivo de designar uma classe desprivilegiada de desempregados, sem perspectiva de emprego e subempregados, vítimas da própria dinâmica do sistema econômico (Gans, 1996). A palavra, contudo, tornou-se popular quando surgiu um relatório

sobre as condições das famílias negras nos Estados Unidos, auspiciado pelo Ministério do Trabalho daquele país (Wilson, 1991). Com tal conceito buscava-se, a princípio, explicar a existência de um grupo elevado de jovens em situação de fracasso escolar, delinquência, drogas, desemprego estrutural e de mães dependentes da assistência governamental, aos quais era atribuída a responsabilidade de uma grande parte da criminalidade, da degradação dos espaços urbanos, da desarticulação da família e do aumento dos subsídios em assistência social. Sem uma definição precisa, *underclass* designa, na década de 1970, os grupos sociais mais desfavorecidos: com menor mobilidade social, vivendo em desemprego e desqualificados para atender às exigências do mercado de trabalho; contudo serão aspectos de caráter psicológico e individual os que se destacarão no conceito, nos últimos anos da década de 1970 (Fassin, 1996). Seus efeitos terão, portanto, importantes repercussões para a redefinição do Estado do bem-estar, em princípios da década de 1980, uma vez que serão os economistas conservadores que recorrerão a ele para justificar suas políticas de correção econômica (Gans, 1996).

A crítica ao conceito *Underclass* virá, na década de 1980, de dois autores em particular: Gans (1996) e Wilson (1991) ambos conduzem o conceito à discussão sociológica para advertir sobre as conseqüências de sua utilização indiscriminada. Sem desfazer-se do conceito, Wilson, particularmente, partirá do fato de que efetivamente existe um grupo de indivíduos que podem ser acolhidos sob seu manto: guetos negros no centro das cidades norte-americanas, responsáveis por elevadas taxas de criminalidade, dependentes da assistência social e com alto número de mães solteiras. Mas, ao mesmo tempo, destacará que estes fatores só explicam o processo de reprodução da *underclass*, quando o que se deseja é explicar sua formação e estrutura. Desta forma, a pretensão da crítica referente ao conceito de *underclass* é a de eliminar a tendência ou atribuir as causas de uma condição social a um comportamento individual ou de grupo. Para Wilson, esta crítica tem fundamento se for possível destacar certos processos sociais: a discriminação racial, a migração do campo para a cidade, marcada por uma desqualificação para o trabalho, a concentração da pobreza urbana devida à própria dinâmica da segregação espacial, e a reestruturação do mercado.

MARGINALIZAÇÃO

O termo marginalização é, teoricamente, alimentado por duas vertentes: por um lado, as reflexões de Marx e, por outro, as da escola de Chicago (Fassin, 1996). Cada uma delas permitirá constituir, com maior ou menor intensidade, três dimensões de estudo: econômica, urbana e cultural. Dos trabalhos realizados por Marx, o conceito de marginalidade retomará as análises realizadas por ele em torno do desenvolvimento do

capitalismo no século XIX, em particular, as observações que faz sobre os chamados exércitos industriais de reserva. Por sua condição, esses exércitos entram e saem do mercado de trabalho, vivem na pobreza e se instalam, geralmente em torno das cidades e das grandes áreas urbanas e metropolitanas. Os marginalizados são, conforme este eixo de estudo, aqueles setores da população que não participam da produção industrial e, particularmente, de seus benefícios (Lomnitz, 1975). Se a marginalidade, no âmbito da economia, permitirá ver a forma como grandes grupos de população rural entram no mercado de trabalho das cidades, nos estudos urbanos, por-se-á destaque na forma espacial que esta inserção adquire. O conceito de marginalização oferece uma imagem da urbanização que apresenta um “centro” e uma “periferia” de uma cidade, onde a dotação de serviços urbanos – transporte, água, esgoto, energia elétrica – delinham a fronteira entre um e outro. Da mesma forma, na esfera econômica, a relação “centro/periferia” dependerá da pessoa estar ou não inserida no mercado formal de trabalho. No que se refere aos estudos da cultura, o trabalho de Lewis (1961) pode ser considerado o mais completo, na medida em que dá ênfase excessiva ao sistema de valores e de normas. Esse estudo ajuda-nos a entender como as relações patológicas e criminosas se reproduzem entre os marginalizados.

Com essas linhas de investigação, o conceito de marginalização apresenta, na maior parte das vezes, três variáveis: inserção de certos grupos sociais no mercado de trabalho, sua posição espacial no meio urbano, assim como seu ambiente cultural; contudo, a complexidade do modelo pode tornar impossível uma análise detalhada e mais específica, uma vez que seus críticos afirmaram que os marginalizados não são um grupo sociologicamente identificável. Efetivamente, como alguns estudos demonstram, não existe uma economia, uma cidade e uma cultura dual (Castells, 1971). Nesse sentido, como afirma Mingione (1993), o modelo de sociedade dual não pode ser construído devido às relações recíprocas complexas incluídas na definição de sociabilidade.

A POBREZA COMO EFEITO ESTRUTURAL

Marginalização, exclusão e *underclass* são termos que têm estado presentes no discurso do poder político. Em contextos sociais distintos, pretende, cada um a sua maneira, dar sentido a uma ruptura do *continuum* social. O processo de classificação pretendido permite delinear um esquema dicotômico da estrutura social. Aqueles sujeitos ou grupos que estão “fora”, “abaixo” e na “periferia” de um “dentro”, um “padrão” ou um “centro”, são identificados como grupos marcados pela anomia, conseqüência lógica de uma estrutura de classificação daqueles que se encontram em um espaço onde as regras do jogo econômico e cultural deixam de referenciar-se com o conjunto da sociedade. Assim, os exclu-

idos, marginalizados ou *underclass* agem, em maior, ou menor medida, como signos de disfunção.

O Estado, em cada uma destas propostas, tem, em certa medida, um papel muito particular, orientado para realizar as políticas voltadas para a reinserção dos pobres no jogo econômico, cultural e social. Os termos “exclusão”, “*underclass*” e “marginalização” foram construídos como formas distintas de isentar o Estado das suas responsabilidades em relação à pobreza; e atribuir aos pobres a culpa por estarem nessa condição. Isso só pode ocorrer devido à incapacidade de perceber que os processos da pobreza derivam de políticas econômicas que não priorizam a idéia de que o desenvolvimento social deve preceder e incentivar o desenvolvimento econômico, e não o contrário.

CRISE E FRATURA DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA NO MÉXICO

Em torno do final da década de 1970, a economia do país funcionava segundo dois modelos: o chamado *desenvolvimento estabilizador* (1950-1970) e o *desenvolvimento compartilhado* (1970-1976)¹, os mesmos que se incluíam num contexto internacional marcado por certa prosperidade econômica, produto do jogo econômico instaurado depois da Segunda Guerra Mundial. Apesar de que, desde 1940, a economia, mexicana tem crescido a uma taxa superior a 6% anuais – o que levou alguns a falar de “um milagre mexicano” – os efeitos da polarização social não faltaram: “as famílias que se acham nos dois ou três degraus inferiores retrocederam visivelmente de forma relativa e, talvez absoluta, desde que se iniciou o milagre mexicano” (Hansen, 1980: 113)². Certamente a estabilidade econômica servia como véu que ocultava zelosamente este processo. Não obstante, em princípios dos anos 1970, a economia começou a ser abalada pelas profundas transformações cuja origem estava nas mudanças que, nessa década, o mercado internacional apresentava. Tais convulsões foram interpretadas pelo aparato governamental mexicano como conjunturas econômicas que não haveriam de causar mais que males passageiros.

A crise de 1976 significou uma mudança na forma de conduzir a economia nacional apesar da resistência de um setor das elites no governo. Diante de um ambiente econômico caracterizado por um pro-

1 Anteriormente baseado na construção de um mercado interno protegido por barreiras tarifárias e uma participação significativa do Estado no estímulo à economia nacional através de gasto público elevado. Por outro lado, o modelo de desenvolvimento compartilhado é uma resposta à exclusão do desenvolvimento estabilizador. Seu objetivo é promover uma reforma fiscal que permita a redistribuição da riqueza no país. Contudo, esse projeto não se concretizou porque a economia mexicana tem sido sustentada pelo aumento dos preços do petróleo cru, desde a década de 1970.

2 Conforme destaca De la Garza (1998), entre 1940 e 1955, a acumulação de capital no México, baseou-se na redução do salário real dos trabalhadores.

fundo déficit fiscal na conta corrente da balança de pagamento, um enorme aumento da dívida pública e uma inflação crescente, o governo viu-se obrigado a desvalorizar o peso frente ao dólar para evitar a fuga de capitais. Ademais, tentou-se corrigir o déficit através de empréstimos externos e da exportação de petróleo. Entretanto, a queda dos preços internacionais do petróleo cru, em 1981, causou a catástrofe econômica um ano depois (Gollás, 1994). A partir de 1982, o governo implementou um plano de estabilização que tinha como objetivos de curto prazo a eliminação da inflação e a redução do déficit da balança comercial. As principais medidas foram as drásticas reduções nas despesas públicas e nos subsídios, a imposição de controle salarial, o início de uma liberalização comercial, uma redução generalizada no nível de intervenção governamental em assunto econômico e o controle sobre o tipo de câmbio (Székely, 1994: 2). Embora estas medidas tenham freado a queda da economia, não foi possível conter a inflação.

As políticas implementadas a partir de 1982 foram estabelecidas sob o rigor do modelo neoliberal – ou, como alguns denominaram, *novo sentido comum em economia* –; liberalizaram-se os mercados, privatizaram-se as estatais e deu-se início, também, ao processo de desregulamentação impositiva para o capital. Com isto, buscava-se elevar os níveis de crescimento, de produtividade e alcançar um desenvolvimento social mais equitativo (Gollás, 1994; Székely, 1995; Pastor e Wise, 1997). Na realidade, buscava-se a estabilidade macroeconômica. Embora isto tenha se cumprido em certa medida, os efeitos na escala social não foram tão positivos. Entre final da década de 1980 e início da década seguinte, a poupança individual foi reduzida significativamente, a tal ponto, que causou impacto na redução do coeficiente que representava a proporção da poupança privada total em relação ao PIB (Calderón, 1998). A ascensão de Carlos Salinas de Gortari ao governo, em 1988, significou um recrudescimento destas medidas: acelerou-se a venda das empresas ainda em mãos do Estado; e o sistema bancário foi privatizado; e também foi assinado o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio entre o Canadá e os Estados Unidos. Os resultados destas medidas foram, em geral, positivos em termos macroeconômicos (Urzúa, 1993). Lamentavelmente, o êxito da economia não foi acompanhado de efeitos positivos no conjunto da sociedade mexicana (Pastor e Wise, 1997).

A “LUTA CONTRA A POBREZA”: DO PRONASOL AO OPORTUNIDADES (1989-2003)

As políticas de ajuste implementadas durante a década de 1980 não foram acompanhadas de uma política definida de atendimento às vítimas do ajuste, em grande medida porque os mecanismos do velho corporativismo mexicano permitiram uma certa distribuição de compensações,

pelo menos a determinados grupos sociais. Somente no final daquela década, com a chegada de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), a presença de uma tecnocracia neoliberal pôde conviver – o que, aliás, funcionou bem – com uma política de caráter neopopulista: o Programa Nacional de Solidariedade (PRONASOL).

O Conselho Consultivo do PRONASOL definia, então, a pobreza como o estado em que as pessoas não podem satisfazer as necessidades que lhes garantam o mínimo de bem-estar. Estabelecia, ainda, a presença de um grupo da sociedade mexicana que se encontrava em “extrema pobreza”, porque não satisfazia sequer 60% das necessidades mínimas de bem-estar. Para pôr fim a esses problemas, o PRONASOL propôs-se a amenizar as situações de pobreza, inclusive a pobreza extrema, incentivando a participação da sociedade na solução de seus próprios problemas, de tal forma que criaram-se programas comunitários nos quais os interessados – os pobres – colaboravam com trabalho voluntário, material, até com dinheiro; construindo pequenas fábricas comunitárias, estradas, ruas, infra-estrutura hídrica e esgoto. O programa contava, também, com uma estratégia de distribuição de leite e *tortilla*. Contudo, esta estratégia de combate à pobreza, desenvolvida durante os seis anos do governo de Salinas jamais questionou as políticas de ajuste e reforma do Estado, assumindo, desde o início, a idéia de que o desenvolvimento econômico promove paralelamente a redução da desigualdade e da pobreza. O PRONASOL, deve-se reconhecer, foi concebido como uma estratégia com vistas à integração de um amplo setor da sociedade, porém marginalizado e empobrecido pelas políticas de ajuste econômico. No entanto, as condições de distribuição dos recursos sociais tornaram-se menos equitativas no início da década de 1990, a despeito do PRONASOL, o qual se empenhou, por não menos de cinco anos, em combater os efeitos visíveis da pobreza, mas deixando intactos os mecanismos desiguais de distribuição (Székely, 1994, 1995; Calva, 1994). De fato, as críticas ao programa não deixaram de aparecer na medida em que o mesmo se constituiu em um programa localizado visando a solucionar problemas bem específicos, pelo que sua cobertura foi limitada e, em muitas ocasiões, os critérios de alocação que utilizou, na maioria das vezes, não foram definidos com base nos mais elaborados índices de pobreza, e sim com claros objetivos de caráter eleitoral (Molinar e Weldon, 1994).

Diante das fortes críticas ao programa de Salinas, os seis anos seguintes do governo de Ernesto Zedillo (1994-2000), estimulou, também, um programa de combate à pobreza, evitando vinculá-lo, como seu antecessor, às práticas de clientelismo eleitoral. Entretanto, foi aplicado novamente sem qualquer crítica às políticas de ajuste neoliberal e que, além de tudo o próprio governo de Zedillo conservou durante todo seu mandato. Três anos após tomar posse na presidência da república, em agosto de 1997, o último governo liderado pelo PRI pôs em marcha

sua estratégia de combate à pobreza criando o Programa de Educação, Saúde e Alimento – PROGRESA. Tentando livrar-se da participação social localizada como estratégia de trabalho, determinou-se a atender os problemas de desnutrição, doença, bem como a evitar o fracasso escolar de certos setores sociais no sistema de educação básica; da mesma forma, tentou diminuir o que se denominou, vagamente, como a carência de oportunidades dos setores sociais mais desprotegidos. Contudo, seu empreendimento recebeu severas críticas, uma vez que estudos realizados em torno do programa concluíram que o PROGRESA deixava sem atendimento os pobres extremos dos espaços urbanos e rurais (Boltvinik e Cortés, 2000).

Com o primeiro governo mexicano não liderado pelo PRI, a questão do combate à pobreza constituiu-se em um discurso central, uma vez que o tema da sucessão democrática passou a segundo plano. Entretanto, e ao contrário da retórica política, na medida em que a reforma do Estado, em termos da distribuição de poder, continua na ordem do dia, a questão da pobreza é considerada como um item do planejamento a longo prazo no âmbito do Plano Nacional do Desenvolvimento Social 2001-2006 [Programa Nacional de Desarrollo Social] (Poder Ejecutivo Federal, 2001: 73), e não como um mecanismo central que requer uma reforma através da qual enfrente os processos de marginalização e pobreza em que está imerso um importante contingente da população. Isso está firmemente vinculado à própria definição de pobreza que o atual governo de Vicente Fox apresenta: “a carência dos elementos necessários para satisfazer as necessidades humanas mais decisivas e assegurar uma vida digna” (*Ibid*: 36). Neste sentido, a pobreza é definida como a falta de capacidades básicas, entendido isto como “o conjunto de ações ou estados que os indivíduos podem alcançar e que são considerados como indispensáveis para escolher as formas adequadas de vida” (*Ibid*). Partindo desta perspectiva, “a renda e os bens de consumo são meios para alcançar certas capacidades, enquanto as características pessoais e o contexto social definem a forma de transformar estes insumos em capacidades específicas para funcionar socialmente” (*Ibid*). Ser pobre significa “[...] que para condições sociais e particulares individuais dadas, as famílias não têm acesso aos recursos econômicos necessários para que seus membros consigam desenvolver com sucesso suas capacidades básicas” (*Ibid*). As rendas são determinadas, segundo o SEDESOL, por três fatores: o capital humano, que representa as habilidades e capacidades necessárias para produzir um bem ou serviço (educação formal, saúde, nutrição); o capital físico que se refere aos ativos financeiros, posse de dinheiro, propriedades e reservas utilizadas para a produção (moradia e serviços básicos, assim como a capacidade de poupar ou de gerar um patrimônio); e finalmente o capital social, entendido como “[...] uma série de características da organização social, tais como a confiança, normas e

redes sociais que podem facilitar ações coordenadas” (*Idid*:35). Contudo, estes três tipos de capital não podem desenvolver-se, segundo o governo federal, se não existem duas classes de oportunidades: aquelas que permitem ingressar no mercado de trabalho e aquelas que possibilitam investir em empreendimentos produtivos.

Dessa forma, para criar uma perspectiva geral dos ativos geradores de renda e oportunidades reais para potencializá-los, o governo federal procede a uma análise da população do país nos âmbitos da educação, da saúde, da nutrição e características dos lares, do patrimônio, da participação no trabalho e em outras atividades econômicas. Os resultados desta análise permitem constatar que: a maioria das famílias com menos renda está na zona rural; que uma grande parte das crianças do país pertence a famílias com menores renda e que a maioria das famílias indígenas faz parte do grupo de menores rendas. No que se refere à educação, a avaliação do governo federal ressalta que: prevalecem o atraso e as diferenças entre homens e mulheres em relação ao analfabetismo; que existe um grande número de crianças com defasagem escolar e poucos jovens com escassos recursos ingressam no nível mais alto da escola secundária. Em relação à saúde, a análise mostrou que: a) as condições adversas de saúde são mais críticas na zona rural devido às deficiências dos serviços de saúde, à desnutrição e às doenças, e b) a desigualdade, em termos de saúde, existe antes mesmo do nascimento. No que diz respeito às oportunidades, o diagnóstico do governo federal, similarmente, subestima os seguintes fatos: a) as mulheres ainda contam com poucas oportunidades de trabalho; e b) as mulheres que sustentam a família enfrentam crescentes desafios por sua vulnerabilidade.

Partindo dessa perspectiva, o atual governo federal afirma que se as políticas sociais forem orientadas para eliminar essas restrições, será possível criar “[...] um círculo virtuoso de acumulação de ativos e geração de oportunidades que permitam às pessoas alcançarem melhores níveis de vida por seu próprio esforço” (*Ibid*: 60). Isto apenas ocorrerá, acrescenta o documento, se houver uma operação coordenada e não fragmentada das políticas sociais, isto é, uma perspectiva integral das mesmas, evitando duplicidade de funções, ordenando e priorizando a implementação de ações. A partir dessa perspectiva, considera-se pertinente abandonar a idéia assistencialista de atendimento à pobreza a fim de que os setores empobrecidos possam valer-se por si mesmos. O caminho para alcançar estes objetivos baseia-se na aplicação de uma estratégia fundamentada em dois pilares: o atendimento a espaços territoriais específicos, bem como a grupos sociais ao longo de toda a vida.

A estratégia territorial é utilizada para a construção de microrregiões de atendimento sob os critérios de integração e a inclusão dos diferentes atores da sociedade – público social e privado –, fazendo com que os agentes envolvidos assim como as próprias comunidades a se-

rem atendidas comprometam-se com o planejamento, esboço, execução e avaliação dos projetos implementados. O enfoque territorial tem como objetivo detectar os espaços caracterizados por sua alta marginalização, com um padrão de assentamentos dispersos, mal comunicados com os centros de desenvolvimento econômico, localizados em áreas montanhosas, que não disponham de planos de desenvolvimento apropriados, carentes de apoios institucionais em saúde, educação, alimentação, assim como com uma limitada capacidade de organização social. Pelas próprias características desejadas para as microrregiões, estes locais objetos de assistência pertencem, de ordinário, à zona rural. Conforme o Plano Nacional de Desenvolvimento (2001-2006), localizam-se as microrregiões em condição de alta marginalização, em 17 estados do país, com uma população aproximada de 5,5 milhões de mexicanos (*Ibid*: 73). Paralelamente, o programa de desenvolvimento social do atual governo federal pretende estimular um programa para detectar espaços de pobreza em zonas urbanas. O programa *Habitat* pretende atender aos espaços marginalizados nas cidades sob um esquema que procura incluir os diferentes setores sociais e as próprias comunidades marginalizadas na elaboração de projetos de desenvolvimento urbano, dotação de serviços, melhoramento dos espaços educacionais, das condições de segurança pública, atendimento a pessoas da terceira idade, crianças, jovens, assim como a promoção do emprego comunitário.

Ao mesmo tempo, o enfoque sobre a vida leva a reconhecer que existem pessoas com necessidades específicas em suas diferentes etapas que devem ser atendidas de forma articulada, com as providências apropriadas para cada fase da vida. Com esta perspectiva, pretende-se acompanhar e apoiar “[...] as pessoas e as famílias pobres contemplando-as com ferramentas, habilidades, destreza e oportunidades necessárias, a fim de que sejam cada vez mais capazes de prover-se por si mesmas dos elementos básicos que permitam seu desenvolvimento” (*Ibid*: 62); sendo exatamente este “o ponto de partida para a construção de uma rede social integrada”. A geração de oportunidades, capacidades e patrimônio é considerada como o objetivo principal para criar uma boa perspectiva de vida. O governo federal pretende alcançar este objetivo, a partir da dotação de serviços, programas de apoio à nutrição, assim como estímulos e reforços para investir em educação e saúde, articulando-se, além disto, com instituições financeiras para a obtenção de créditos comunitários e individuais, assim como projetos produtivos que gerem oportunidades de emprego em áreas geográficas urbanas e rurais. Reconhece-se, contudo, que estes tipos de programas orientados para impulsionar as capacidades, oportunidades e patrimônio dos pobres já estão funcionando, e inclusive, considera-se que deve haver certa continuidade em sua aplicação, como o caso de algumas das ações contidas no Programa de Educação, Saúde e Alimento (PROGRESA),

procurando estabelecer uma perspectiva de assistência integrada e sistêmica, o que, de fato, leva a mudar seu nome para *Oportunidades*.

Contudo, há perguntas ainda sem respostas. Cabe indagar: que implicações acarreta a aplicação de uma perspectiva da pobreza como a impulsionada pelo atual governo de Vicente Fox? Existe, agora, uma visão mais abrangente de tal problemática? Ou, pelo contrário, a maneira como Fox explica a pobreza é mais complexa do que a de governos federais que o antecederam, embora os pressupostos continuem sendo os mesmos? À luz da análise baseada nas chamadas faces da pobreza propostas por Fassin, é possível localizar alguns dos pressupostos dessas figuras na atual proposta federal para combater a pobreza, os quais permitem assegurar que os efeitos dessas políticas serão extremamente limitados enquanto não se fizer uma reflexão mais ampla que leve em consideração os fatores estruturais da pobreza na esfera da economia, assim como o papel central que o Estado desempenha como mecanismo que permite a geração e distribuição da riqueza. Somente uma análise neste sentido permitirá trazer à mesa de discussão sobre a pobreza a importância do papel do Estado em sua definição e em seu projeto como eixo central de coesão e articulação social.

Neste sentido, no discurso do atual governo federal, a pobreza parece ser o resultado de fatores não econômicos, mas exclusão dos serviços de educação, saúde e equidade, entre outros, que empurram aqueles que encontram-se nesta condição para uma espécie de invalidez social. A idéia que parece permear o primeiro governo da alternância é a de que o círculo perverso da pobreza não é um problema ligado à perspectiva do desenvolvimento econômico, pelo contrário, este se deve à incapacidade de certos grupos sociais de enfrentar os processos de modernização econômica. Para o atual governo federal, o simples desenvolvimento da economia traria consigo o próprio fim da pobreza na medida em que os pobres estejam respaldados por uma série de ferramentas que lhes permitam superar-se. Entretanto, sabe-se que o crescimento econômico não significa desenvolvimento e, por conseguinte, a redução das desigualdades e da pobreza (Boltvinik, 2001).

Dessa forma, a perspectiva do governo federal recorre aos mesmos argumentos que podem ser encontrados em alguns momentos nas faces da pobreza das quais trata Fassin. O problema da pobreza descontextualiza-se de suas causas estruturais e dos próprios efeitos gerados pelo desmantelamento do Estado nos últimos trinta anos. A perspectiva territorial, tanto no meio rural como urbano há que ser também considerada com cuidado já que existe uma crença largamente difundida de que o problema da pobreza pode reduzir-se a uma questão de desenvolvimento urbano e rural, uma vez que se pode chegar a pensar que atender aos problemas ligados ao desenvolvimento territorial permitiria solucioná-lo. É certo que contribuem para melhorar as condições

de vida, mas sua implementação pode ser constantemente limitada por processos mais globais, pelo que convém distinguir entre políticas territoriais e políticas territorializadas da pobreza. Em sentido amplo, toda política é territorializada na medida em que é aplicada em um espaço determinado; uma política territorial, pelo contrário, pretende mobilizar recursos locais para solucionar uma série de problemas, como por exemplo, o da pobreza. Sobre este aspecto, a proposta do governo de Vicente Fox assume que os pobres vivem nessa condição por estar imersos em uma dinâmica que os impede de usar os instrumentos sociais e econômicos que lhes permitam ter acesso a certos bens e serviços. Mas jamais se pergunta pelos próprios processos que determinam sua impossibilidade de ter acesso a estes instrumentos. Transferir a pergunta neste sentido implica, na verdade, analisar as condições estruturais que geraram uma relação desfavorável de acesso para os grupos e indivíduos dentro da *sociedade*. Isto obriga a incluir, necessariamente, a discussão do tema da pobreza no espaço das relações de desigualdade e sua regulação pelo Estado, mais que a um problema nitidamente situado no âmbito das políticas públicas.

Recentemente, a Secretaria de Desenvolvimento Social do governo federal apresentou uma avaliação do seu programa *Oportunidades*. Apesar do discurso oficial que manifesta seu entusiasmo pelo que consideram um programa exitoso, as críticas não se fizeram esperar. Durante a avaliação, a pesquisadora Mercedes González de la Rocha, do *Centro de Pesquisas e Estudos Superiores em Antropologia Social do Ocidente*, informou que a pesquisa do Centro procurou, sobretudo, obter informação qualitativa sobre os efeitos do programa. Suas conclusões levam a afirmar que o *Oportunidades* está gerando muitos problemas aos seus beneficiários; entre os que se destacam estão: a violência intrafamiliar pelo controle dos recursos do programa e a perda do significado da assistência escolar por falta de mudanças significativas no que diz respeito ao acesso a emprego e melhor salário. Em termos de saúde, afirma a pesquisadora, pode-se observar o aumento do papiloma humano. Como afirma Boltvinik (2003), o *Oportunidades*, além disso, tem sido mal avaliado na medida em que sua efetividade é confundida com a simples enumeração do cumprimento das responsabilidades dos beneficiários de honrar suas obrigações para receber o apoio econômico do governo federal, razão por que este equipara o dever das mulheres e das crianças pobres de freqüentar as clínicas e as escolas como estímulo para o investimento de capital humano.

É previsível que a pobreza, produto das políticas de ajuste dos anos 1980 e 90, assim como o desmantelamento do Estado social mexicano, não se ressarçam com a simples atenção de seus efeitos mais visíveis – como a queda dos níveis de educação e das condições de saúde –, a não ser reconstituindo as redes sociais mais amplas que se fraturaram e que formavam

um sistema complexo de ajudas sociais, composto, dentre outros elementos, pelo subsídio a certos produtos alimentícios e médicos, assim como acesso a determinados bens e serviços; o sistema salarial com suas obrigações sociais e leis trabalhistas; os gastos públicos e as políticas sociais em matéria de educação, saúde, moradia e seguridade social. É verdade que as condições mudaram, e mais que restituir as antigas práticas, o Estado tem que pensar em novas formas de propiciar e fomentar as redes sociais que permitam gerar um equilíbrio que contraste claramente com o atual processo de fratura e polarização em que se vive no México.

CONCLUSÕES

Contudo, as políticas de “luta contra” a pobreza, em termos da gestão territorial e do ciclo de vida, são inadequadas. O problema é que não resultam efetivas sem uma perspectiva distinta que aponte as causas da pobreza e uma visão que inclua a definição precisa do papel que o Estado tem que desempenhar como mecanismo de articulação do desenvolvimento social. Isto implica pensar na própria definição do Estado que se deseja. É inegável que as condições que deram espaço ao Estado desenvolvimentista mexicano são impossíveis de reproduzir e, certamente, pouco desejáveis, na medida em que, está baseado em um profundo espírito antidemocrático e autoritário. O atual governo federal tem divulgado que sua política está fundamentada na mudança das velhas formas de dirigir a *res* pública. Ao menos no que trata de desenvolvimento social, isto parece não ser tão certo. A falta de uma crítica ao modelo de desenvolvimento econômico é uma realidade como o foi nos últimos governos pós-revolucionários que o antecederam. A crença de que a pobreza é o resultado da incapacidade dos indivíduos de enfrentar os processos de inserção econômica e social permanece, mesmo que se faça mais complexo o modelo de interpretação da pobreza. A transferência do que se poderia chamar as políticas do Estado social para meras ações de gestão pública consolidou-se com o atual governo federal, pelo que se deve esperar pouco no que se refere ao combate à pobreza, a menos que os sinais de uma eminente catástrofe social ou uma revolta social se façam presentes, como já ocorre em alguns estados da República.

Entretanto, as políticas de assistência social poderão tornar-se redundantes se a discussão sobre o tema da pobreza continuar a ser conduzida em termos de políticas públicas sem considerar a necessidade de incluir a questão do Estado como seu eixo principal. Sem dúvida, isto está relacionado à rearticulação da estrutura de poder da sociedade mexicana que tende a transformar o caráter social dos problemas – como o da pobreza –, em assuntos individuais, rompendo, assim, com os laços de sociabilidade que tendem a gerar os problemas coletivos. A partir desta perspectiva, o Estado permanece restrito a um elemento

corretivo despojado do seu papel articulador e mediador dos interesses individuais e coletivos de que foi baluarte durante boa parte do século passado. A reflexão sobre pobreza passa, desta forma, e inevitavelmente, por repensar o papel do Estado. Não existe coesão social sem proteção social, e esta não pode vir das políticas isoladas ou integrais de combate à pobreza ou de filantropia ou do desenvolvimento social comunitário. Exige-se que passe, necessariamente, pela instituição estatal, a qual tem a obrigação de garantir o pertencimento de todos a uma mesma sociedade, respeitando sempre as diferenças de seus integrantes.

Neste sentido, o Estado precisa redefinir o seu papel como instituição social, o que implica concebê-lo como um *construto* social, uma instituição concreta, com repercussões sociais reais e não como uma entidade abstrata. Deixar para trás o papel a que ficou restrito o Estado no México exige uma transformação de sua dinâmica interna, o que só poderá ser concretizado se os atores e sujeitos sociais reconhecerem nele a instância através da qual uma comunidade moderna é representada e define suas opções fundamentais. Dessa forma, ter-se-ia que examinar cuidadosamente, em primeira instância, o caráter profundamente pernicioso das atuais políticas de desenvolvimento econômico, tidas em grande medida como as causadoras dos processos de degradação social que conduzem à pobreza. Não é suficiente atender à saúde, à educação e à geração de empregos se não se transformam as condições atuais de crescimento econômico. É verdade que a definição de uma nova política no interior dos Estados-nações torna-se difícil sob as condições atuais globais da economia e que, portanto, não será muito fácil crer na possibilidade de reconstituir o equilíbrio precário das décadas pós-guerra. Mas também é verdade que hoje, mais que nunca, o Estado constitui-se na única instituição da sociedade contemporânea com poderes de articular um projeto de desenvolvimento social compartilhado. Isto representa uma transformação política importante, não só no México, mas em toda a América Latina e, talvez, com a mesma dimensão e importância que as chamadas transições democráticas em décadas passadas - que em alguns países permanecem inconclusas - porque representa a necessidade de consolidar uma idéia de democracia que não se reduz simplesmente ao tipo parlamentarista.

BIBLIOGRAFIA

- Agier, M. (1999) *L'invention de la ville; banlieus, townships, invasions et favelas* (Amsterdã: Ed. des Archives contemporaines).
- Bayat, A. (2000) "From 'dangerous classes' to 'quiet rebels'", in *International Sociology*. Vol. 15, No. 3; 533-557.
- Bayat, Asef (1997) *Street politics: poor people's movements in Iran* (Nova Iorque: Columbia University Press).

- Barczak, M. (2001) "Representation by consultation? The rise of direct democracy in Latin America", in *Latin America Politics and Society*. Vol. 43, No. 3; 37-59.
- Blanco, J. (1992) "El círculo de la pobreza", in *Nexos*, No. 175 (México).
- Boltvinik, J. (2003) "Evaluaciones light del Oportunidades", in *La Jornada*, 25 de abril (México).
- Boltvinik, J. (2001a) "La pobreza en Chiapas", in *La Jornada* 9 de marzo (México).
- Boltvinik, J. (2001b) "La evolución heterogénea de la pobreza en México 1970-1995", in José María Tortosa (coord.) *Pobreza y perspectiva de género* (Barcelona: Icaria).
- Boltvinik, J. y Fernando Cortés (2000) *Los dilemas de la política social. Cómo combatir la pobreza?* (México: Universidad Iberoamericana).
- Calderón, M. A. (1998) *Explicaciones de la caída del ahorro privado en México desde tres perspectivas*. Documentos de Trabajo. No. 5. Centro de Estudios Económicos (México: El Colegio de México).
- Calva, J. L. (1994) *Empleo y distribución del ingreso*. Fundación Konrad Adenauer (México: Cooperación Internacional).
- Body-Gendrot, S., Le G. et M. Herrou (1998) *Mission sur les violences urbaines* (Paris: IHESI-La Documentation Française).
- Castel, R. (1995a) *Le métamorphoses de la question sociale* (Paris: Gallimard).
- Castel, R. (1995b) "De la exclusión como estado a la vulnerabilidad como proceso", in *Archipiélago*, No. 21; 27-36.
- Castel, R. (2000) "The roads to disaffiliation: insecure work and vulnerable relationship", in *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 24, No. 3; 519-535.
- Castells, M. (1971) *Problemas de investigación en sociología urbana* (México: Siglo XXI).
- De La Garza, Enrique (1998) *Ascenso y crisis del Estado social autoritario* (México: El Colegio de México).
- De La Garza, Enrique y Alfonso Bouzas (1998) "La flexibilidad del trabajo en México: una visión actualizada". Documento presentado en la *International Working Group on Subnational Economic governance in Latin America and Southern Europe* (Nova Iorque: Columbia University).
- Dubet, F. (2000) *Les inégalités multipliées* (Paris: Éditions de l'aube).
- Esquivel, G. (1999a) *Convergencia regional en México, 1940-1995*. Documentos de Trabajo. No. 9. Centro de Estudios Económicos (México: El Colegio de México).
- Esquivel, G. (1999b) *Gasto en educación y desarrollo regional: una evaluación inicial del fondo de Aportaciones para la Educación Básica y Normal*.

- Documentos de Trabajo, No. 6. Centro de Estudios Económicos (México: El Colegio de México).
- Fassin, D. (1996) "Exclusion, underclass, marginalidad: figures contemporaines de la pauvreté urbaine en France, aux Etats-Unis et Amérique Latine", in *Revue Française de Sociologie*. Vol. 37; 37-75.
- Fuentes, O. (1989) "Cuatro facetas del sistema educativo que nos legó el sexenio de la crisis", in *La Jornada*, 6 de janeiro (México).
- Gans, H. (1996) "From 'Underclass' to 'Undercaste': some observations about the future of the post-industrial economy and its major victims", in Mingione Enzo (ed.) *Urban poverty and the underclass* (Inglaterra: Blackwell).
- Gans, H. (1997) "Uses and misuses of concepts in American social science research: variations on Loïc Wacquant's theme of 'three pernicious premises in the study of the American ghettos", in *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 221 No. 3; 504-507.
- Gollás, M. (1994) *México 1994. Una economía sin inflación, sin igualdad y sin crecimiento*. Documentos de Trabajo. No. 11. Centro de Estudios Económicos (México: El Colegio de México).
- Guevara, G. (1991) "México, un país de reprobados", in *Nexos*, No. 162 (México).
- Guevara, G. (1992) *La catástrofe silenciosa* (México: Fondo de Cultura Económica).
- Hansen, D. R. (1980) *La política del desarrollo mexicano* (México: Siglo XXI).
- Hardoy, E. J. y Satterthwaite, D. (1987) *La ciudad legal y la ciudad ilegal* (Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano – IIMAD-III EED).
- Lewis, O. (1961) *Antropología de la pobreza. Cinco familias* (México: Fondo de Cultura Económica).
- Lomnitz, L. (1975) *Como sobreviven los marginados* (México: Siglo XXI).
- Mauceri, P. (1997) "Return of the caudillo: autocratic democracy in Peru", in *Third World Quarterly*. Vol. 18. No. 5; 899-911.
- Molinar, J. and Weldon, J. (1994) "Programa Nacional de solidaridad: determinantes partidistas y consecuencias electorales", in *Estudios sociológicos*. Vol. 12, No. 34.
- Montaño, Jorge (1976) *Los pobres de la ciudad en los asentamientos espontáneos* (México: Siglo XXI).
- Montesinos, Rafael (1992) "Empresarios en Brasil y México. Un ensayo sobre el neoliberalismo en América Latina", in *Sociología*, Año 7, No. 19; 159-187.
- Morel, A. (2001) *La legitimación social de la pobreza* (Barcelona: Anthropos).

- Myrdal, G. (1944) *American dilemma: the Negro problem and the modern democracy* (Nova Iorque: Harper and Brothers).
- Pastor, M. and Wise, C. (1997) "State policy, distribution and neoliberal reform in México", in *Journal of Latin American Studies*. Vol. 29, No. 2; 419-457.
- Poder Ejecutivo Federal (2001) *Programa Nacional de Desarrollo Social 2001-2006* (México).
- Poder Ejecutivo Federal. (2001) *Plan Nacional de Desarrollo 2001-2006* (México).
- Power, J. T. (1998) "Brazilian politicians and neoliberalism: mapping support for the Cardoso reforms, 1995-1997", in *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. Vol. 40, No. 4; 51-72.
- Ramos, C. (2000) "Sin gozar de cabal salud", in *Enfoque*, 20 de agosto (México).
- Roberts, M. K. (1996) "Neoliberalism and the transformation of populism in Latin America: the Peruvian case", in *World Politics*, Vol. 48, No. 1; 82-116.
- Secretaria de Desarrollo Social. (2003). *Resumen Ejecutivo de la Evaluación Externa de Oportunidades - 2002* (México).
- Shicheng, S. (2002) "El proceso de la modernización y los cambios del modelo político y económico en México", in Leopoldo Zea y Henán Taboada (comp.) (México: Frontera y globalización. Fondo de Cultura Económica).
- Silva, E. (1999) "How to nurture a democracy", in *Journal of International Studies and World Affairs*, Vol. 41, No. 3; 147-158.
- Silver, H. (1994) "Exclusión social y solidaridad social: tres paradigmas", in *Revista Internacional del Trabajo*, Vol. 113, No. 5-6; 531-578.
- Székely, M. (1994) *Cambios en la pobreza y la desigualdad en México durante el proceso de ajuste y estabilización*. Documentos de Trabajo. No. 1. Centro de Estudios Económicos (México: El Colegio de México).
- Székely, M. (1995) *Economic liberalization, poverty and income distribution in Mexico*. Documentos de Trabajo. No. 3. Centro de Estudios Económicos (México: El Colegio de México).
- Urzúa, C. (1993) *Tax reform and macroeconomic policy in Mexico*. Documentos de Trabajo. No. 10. Centro de Estudios Económicos (México: El Colegio de México).
- Vélez-Ibañez, Carlos (1991) *La política de lucha y resistencia: procesos y cambios culturales en el México central urbano 1969-1974* (México: Fondo de Cultura Económica).

- Vite Pérez, Miguel Ángel (2001) *Qué solos están los pobres. Neoliberalismo y urbanización popular en la Zona Metropolitana de la Ciudad de México* (México: Plaza y Valdes).
- Wacquant, L. (1999) *Les prisons de la misère* (França: Raisons d'agir).
- Wacquant, L. (1997) "Three pernicious premises in the study of the American ghetto", in *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 221, No. 3; 341-353.
- Ward, P. (1993) "Social welfare policy and political opening in Mexico", in *Journal of Latin American Studies*, Vol. 25, No. 3; 613-628.
- Warman, A. (1989) "Persistencia de la pobreza", in *Nexos*, No. 135 (México).
- Weylan, K. (1998) "Swallowing the bitter pill. Sources of popular support for neoliberal reform in Latin America", in *Comparative Political Studies*, Vol. 31, No. 5; 439-568.
- Wieviorka, M. (1997) "Culture, société et démocratie", in Wieviorka, Michel (coord.) *Une société fragmentée? Le multiculturalisme en débat*. (Paris: La Découverte).
- Wilson, J. W. (1991) "Studying inner-city social dislocations: the challenge of public research", in *American Sociological Review*, Vol. 56, No. 1; 1-14.
- Zukin, Sharon (1995) *The cultures of cities* (Cambridge, Mass.: Blackwell).